

Termo de Retirratificação: 24/2016
 Objeto: Ao contrato 50/2012 prestação de serviços na Área de Assistência Médica de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho aos empregados.
 Guichê: 201/2012
 Contratada: Unimed de Ribeirão Preto - Cooperativa de Trabalho Médico.
 Data: 21-06-2016
 Vencimento: 20-06-2017
 Valor Total R\$71.339,40.
 Termo de Retirratificação: 25/2016
 Objeto: Ao contrato 51/2012 contratação de Apólice de Seguro de Vida em Grupo, para todos os empregados e diretores da FUNDHERP.
 Guichê: 177/2012
 Contratada: Zurich Minas Brasil Seguros.
 Data: 26-06-2016
 Vencimento: 25-06-2017
 Valor Total R\$ 34.325,28.
 Contratos 46, 47, 48, 49 Retirrats 24, 25

FUND. DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS - RIBEIRÃO PRETO

Despacho do Diretor Executivo, de 28-06-2016
Autorizando, Conforme as informações contidas no Processo FAEPA 822/2016, a aquisição, em sistema de consignação, pelo período de 04 meses, de: 12 unidades de CATETER BALÃO P/ VALVOPLASTIA PULMONAR MEDINDO DE 04 A 30 MM DE DIÂMETRO E 2,0 A 6,0 CM DE COMPRIMENTO, ao preço unitário de R\$ 2.000,00, no total de R\$ 24.000,00, da empresa NEOMEX HOSPITALAR LTDA, com amparo no Inciso I do Artigo 23, do Regulamento de Licitação e Contrato FAEPA, de 30-12-2008, haja vista que o valor acima está dentro de limite previsto no Inciso II, do Artigo 7º desse mesmo regulamento.

Despacho do Diretor Executivo, de 29-06-2016
Autorizando, conforme as informações contidas no Processo FAEPA 734/2016, a aquisição item 01- 01 frasco de ANTICORPO MONOCLONAL CD34 APC, FRASCO COM 2 ML, REF 555824, BD, ao preço unitário \$ 300,00; item 02 - frasco de ANTICORPO ANTI CD19 APC, FRASCO COM 2 ML Ref.: 555415, BD, ao preço unitário \$ 195,00; item 03 - 01 frasco de ANTICORPO ANTI CD23 APC, FRASCO COM 2 ML Ref.: 340935, BD, ao preço unitário \$ 530,00; item 04 - 01 frasco de ANTICORPO MONOCLONAL ANTI CD33 APC, FRASCO COM 2 ML, Ref.: 340474, BD, ao preço unitário \$ 530,00; item 05 - 02 unidades de ANTICORPO MONOCLONAL ANTI CD 45 HUMANO, MARCADO COM PERCP, CLONE 2D1, IGG1 DE CAMUNDONGO, FRASCO COM 2,0 ML, MARCA BD, Ref.: 347464, ao preço unitário \$ 598,00; item 06 - 01 ml de ANTICORPO MONOCLONAL ANTI TCR ALFA/BETA PE CAT 555548 BD, ao preço unitário \$ 245,00; item 07 - 01 frasco de ANTICORPO MONOCLONAL ANTI CD10 FITC, CAT 340925, BD, ao preço unitário \$ 244,00; item 08 - 01 frasco de ANTICORPO MONOCLONAL ANTI TCR GAMMA/DELTA PE, CAT 555717, BD, ao preço unitário \$ 245,00; item 09 - 02 frascos de ANTICORPO MONOCLONAL ANTI CD117 PE, CAT 340529, BD, ao preço unitário \$ 281,00; item 10 - 01 unidade de ANTICORPO MONOCLONAL CD19 COM FITC FRASCO COM 2ML(OU KIT PARA 100 TESTES), Ref. 347543 - BD, ao preço unitário \$ 431,00; item 11 - 01unidade de ANTICORPO MONOCLONAL HLA DR COM FITC FRASCO COM 2 ML, Ref. 347363 - BD, ao preço unitário \$ 431,00; item 12 - 01 frasco de ANTICORPO MONOCLONAL ANTI CD55 PE, FRASCO COM 2 ML, REF 555694, BD, ao preço unitário \$ 255,00; item 13 - 01 unidade de ANTICORPO MONOCLONAL ANTI CD 59, FRASCO COM 2 ML, Ref.: 555764, ao preço unitário \$ 230,00; item 14 - 01 unidade de ANTICORPO MONOCLONAL CD13 CONJUGADO COM PE(FICO-ERITRINA FRASCO COM 2 ML(OU KIT PARA 100 TESTES), ref 347837, ao preço unitário \$ 494,00; item 15 - 02 frascos de ANTICORPO MONOCLONAL ANTI-KAPPA/ANTI-LAMBDA, Ref. 349516 - BD, ao preço unitário \$ 442,00; item 16 - 01 unidade de ANTICORPO MONOCLONAL ANTI-CD 42A CONJUGADO COM FITC KIT PARA 100 TESTES, Ref. 348083 - BD, ao preço unitário \$ 419,00; item 17 - 01 frasco de ANTICORPO MONOCLONAL ANTI CD 3 PERCEP FRASCO COM 2 ML, (ESPECÍFICO REF 347344-BD), ao preço unitário \$ 615,94; item 18 - 01 ml de ANTICORPO MONOCLONAL ANTI MPO FITC, REF 340580, ao preço unitário \$ 244,00; Item 19 - 01 frasco de ANTICORPO MONOCLONAL CD2-FITC, ref 347593, ao preço unitário \$ 431,00; item 20 - 01 unidade de SORO SIMULTEST CONTROLE IGG 1 FITC + IGG 2 PE, Ref. 340041 - BD, ao preço unitário \$ 426,42; item 21 - 02 frascos de ANTICORPO MONOCLONAL ANTI-CD117 APC, FRASCO COM 2ML, Ref.: 341096, ao preço unitário \$ 530,00; item 22 - 01 frasco de ANTICORPO MONOCLONAL CD45 APC, FRASCO COM 2 ML, REF 555485, MARCA BD, ao preço unitário \$ 210,00; item 23 - 01 Kit de CALIBRADOR (BEADS) PARA USO EM EQUIPAMENTO CITOMETRO DE FLUXO DE 4 CORES, USADO PARA AJUSTAR AS CONFIGURAÇÕES VERIFICANDO A SENSIBILIDADE DO QUIPAMENTO PARA A 4ª COR, ref 340487, ao preço unitário \$ 128,75, item 24 - 01 Kit de CALIBRADOR (BEADS) PARA USO EM EQUIPAMENTO CITOMETRO DE FLUXO DE 3 CORES, USADO PARA AJUSTAR AS CONFIGURAÇÕES VERIFICANDO A SENSIBILIDADE DO EQUIPAMENTO PARA A 3ª COR, Ref 340486, ao preço unitário \$ 257,50; item 25 - 04 frascos de SOLUCAO LYSING FACS FRASCO COM 100ML, Ref. 349202 - BD, ao preço unitário \$ 348,00, no total de R\$ 11.956,61 (onze mil, novecentos e cinquenta e seis Dólares e sessenta e um cents), aproximadamente R\$ 40.652,474, à taxa de R\$ 3,40, da empresa BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA, com amparo no Inciso I do Artigo 24, do Regulamento de Licitação e Contrato FAEPA, de 30-12-2008

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU

Comunicados
 O Diretor Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – SP – CNPJ: 12.474.705/0001-20, nos termos do artigo 5º “caput” da Lei Federal 8.666/93, que dispõe que os pagamentos de suas obrigações devem obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e, considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes motivos relevantes de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, vem informar que houve quebra na ordem cronológica de pagamento do processo 1701/2014 – (ACTIVE) nota(s) fiscal(s) 28342,28370,28371,28461 o pagamento ocorreu respectivamente nos dias 05-04-2016, 10-05-2016,02/06/2016.

O Diretor Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – SP – CNPJ: 12.474.705/0001-20, nos termos do artigo 5º “caput” da Lei Federal 8.666/93, que dispõe que os pagamentos de suas obrigações devem obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e, considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes motivos relevantes de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, vem informar que houve quebra na ordem cronológica de pagamento do processo 4791/2013 – (SISTEL) nota(s) fiscal(s) 1668, 1757, o pagamento ocorreu respectivamente nos dias 25-02-2016, 04-04-2016.

O Diretor Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – SP – CNPJ: 12.474.705/0001-20, nos termos do artigo 5º “caput” da Lei Federal 8.666/93, que dispõe que os pagamentos de suas obrigações devem obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e, considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes motivos relevantes de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, vem informar que houve quebra na ordem cronológica de

pagamento do processo 1812/2013 – (LIFE’S) nota(s) fiscal(s) 03, o pagamento ocorreu respectivamente nos dias 04-05-2016.

O Diretor Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – SP – CNPJ: 12.474.705/0001-20, nos termos do artigo 5º “caput” da Lei Federal 8.666/93, que dispõe que os pagamentos de suas obrigações devem obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e, considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes motivos relevantes de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, vem informar que houve quebra na ordem cronológica de pagamento do processo 5384/2015 – (LABPACK) nota(s) fiscal(s) 21375, 21286, o pagamento ocorreu respectivamente nos dias 05-05-2016, 01-04-2016.

O Diretor Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – SP – CNPJ: 12.474.705/0001-20, nos termos do artigo 5º “caput” da Lei Federal 8.666/93, que dispõe que os pagamentos de suas obrigações devem obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e, considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes motivos relevantes de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, vem informar que houve quebra na ordem cronológica de pagamento do processo 5490/2015 – (ROSINEIA) nota(s) fiscal(s) 564, o pagamento ocorreu respectivamente nos dias 30-03-2016.

O Diretor Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – SP – CNPJ: 12.474.705/0001-20, nos termos do artigo 5º “caput” da Lei Federal 8.666/93, que dispõe que os pagamentos de suas obrigações devem obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e, considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes motivos relevantes de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, vem informar que houve quebra na ordem cronológica de pagamento do processo 5496/2015 – (NEOBIO) nota(s) fiscal(s) 9651, o pagamento ocorreu respectivamente nos dias 08-03-2016.

Logística e Transportes

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Despacho do Superintendente, de 1-7-2016

Diante dos elementos de instrução deste expediente, notadamente o parecer da Consultoria Jurídica do DER (fls. 22/28), que adoto como razão de decidir, indefiro o pedido formulado por Osvaldo Antonio Scipioni, de ressarcimento de despesas por danos causados no veículo, marca VW Gol, placas ERP-5918, decorrentes de acidente ocorrido em 30-12-2015 na Rodovia SP 261, sentido Boracéia, altura do km 175,500m município de Bariri, tendo em vista não existir prova do nexo de causalidade entre as alegações do interessado e a ação da Autarquia.(Exp. 003415/17/DA/2016)

DIRETORIA DE ENGENHARIA

Extrato de Contrato

PR 001076/18/DE/16 – Contratante: DER/SP – Contrato 19.484-0 – Contratada: Jaupavi Terraplenagem e Pavimentação Ltda. – Termo aditivo e modificativo 279 – Data: 30.6.16 – Objeto: Execução de Obras de Recuperação da pista, pavimentação de acostamentos, implantação de dispositivos e faixas adicionais da SP-461, trecho: Bilac/Birigui, entre o km0,000 e km16,000, com extensão de 16,00km, referente ao lote 4. Edital LPI 006/14. – Autorização e aprovação do Superintendente em 10.6.16 à fl. 63 da PR. – Fundamento legal: Artigo 65, inciso I, alínea “a”, §1º da Lei Federal 8.666/93. – Esclarecimento: Este é o 4º Termo Aditivo e Modificativo do referido contrato. – Adições e Modificações: Alteração do Anexo I (orçamento/proposta): O presente Termo foi autorizado pelo Superintendente, com a finalidade de consolidar as alterações no orçamento contratual anexo I, autuado às fls. 27/31 e aprovado pelo Diretor de Engenharia em 25.5.16, à fl. 46, ratificado pelo Diretor de Operações, em 25.5.16, à fl. 47 da mesma PR; Decréscimo de serviços, na importância de R\$ (2.213.374,44), proporcional a 7,08% do valor inicial; Acréscimo em serviços, na importância de R\$ 2.213.374,44 e impacto de 7,08% do valor inicial; O valor contratual inicial permaneceu inalterado. – Cronograma: O cronograma autuado à fl. 19 da PR e autorizado pelo Superintendente na mesma PR, regulará o andamento das obras e serviços. – Confirmações: Continuum em vigor as demais cláusulas do contrato que não colidam com o presente TAM.

Extrato de Contrato

PR 000453/18/DE/16 – Contratante: DER/SP – Contrato 17.957-7 – Contratada: Maqterra Transportes e Terraplenagem Ltda. – Termo aditivo e modificativo 255 – Data: 28.6.16 – Objeto: Execução dos serviços de conservação rodoviária de rotina, abrangendo o pavimento, revestimento vegetal, sistemas de drenagem, faixas de domínio e elementos de segurança, nas rodovias, acessos, interligações, dispositivos e vias não pavimentadas, sob jurisdição do DER/SP, compreendendo: Lote 52 – Residência de Conservação 13.3 – Pirassununga, extensão total de 195,490km. Edital 004/11-CO. – Autorização e aprovação do Superintendente Substituto em 20.5.16 à fl. 71 da PR. – Fundamento legal: Artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93. – Esclarecimento: Este é o 4º Termo Aditivo e Modificativo do referido contrato. – Adições e Modificações: Prazo: 4º Prorrogação do prazo por mais 12 meses, de 3.7.16 a 2.7.17, em observância a justificativa técnica, fls. 37/39 ofertada pelo Engenharia fiscal do ajuste, totalizando 60 meses. A vigência do presente aditamento para os posteriores exercícios fica sujeita a condição resolutive, consubstanciada na inexistência de recursos nas respectivas leis orçamentárias de cada exercício para atender às respectivas despesas. Nessa hipótese, a contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização. – Cronograma: O cronograma autuado à fl. 25 da PR e aprovado na mesma PR regulará o andamento da execução dos serviços. – Valor Atual do Contrato: R\$ 15.184.842,11 – Anulação: Do saldo referente aos serviços não realizados no período vigente até 2.7.16, em atenção ao Decreto 61.131/15: R\$ (393.443,93) – Despesa: Decorrente do período desta prorrogação, para a execução dos serviços contratados: R\$ 3.180.925,98 – Alteração do Anexo I (orçamento/proposta): O Anexo I autuado às fls. 33/36 da PR foi aprovado pelo Diretor de Operações em 5.4.16 à fl. 56 da mesma PR. – Garantia: Revalidação do prazo da garantia para 1.8.17, em decorrência da 4ª prorrogação do prazo, pelo período de 12 meses: R\$ 159.046,29 – Confirmações: Continuum em vigor as demais cláusulas do contrato que não colidam com o presente TAM.

Extrato de Contrato

PR 000935/18/DE/16 – Contratante: DER/SP – Contrato 19.504-2 – Contratada: Sueli Angelo Furlan – Termo de Encerramento 99 – Data: 28.6.16 – Objeto: Prestação de serviços especializados para apoio a elaboração do documento de caracterização da dinâmica de ocupação do território nas unidades regionais de planejamento do zoneamento ecológico-econômico, com base na análise de suas potencialidades, fraquezas, ameaças e oportunidades. Dispensa de Licitação 003/15-CD. – Finalidade: Encerramento do contrato 19.504-2, firmado em 27.2.15. – Autorização e aprovação do Superintendente em 28.6.16 à fl. 60 da PR. – Valor Final do Contrato: R\$ 32.500,97 – Garantia: Dispensada – Prazo: 6 meses, a contar da 1ª Nota de Serviço datada de 2.3.15, sendo encerrado em 2.9.15. – Quitação: As partes declaram nada ter a exigir ou a reclamar a qualquer título, relativamente ao contrato 19.504-2 ora encer-

rado, outorgando-se reciprocamente, plena, geral e irrevogável quitação em relação a quaisquer direitos e obrigações oriundas do aludido Contrato, sem prejuízo das remanescentes responsabilidades da contratada, derivadas do contrato e da lei, ficando ressalvado o direito de regresso da Contratante pelo pagamento de eventuais importâncias que lhe sejam reclamadas, nas esferas civil, tributária, trabalhista e previdenciária e cuja responsabilidade, por disposição contratual ou legal, seja da Contratada.

Extrato de Contrato

PR 000561/18/DE/16 – Contratante: DER/SP – Contrato 17.949-8 – Contratada: Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda. – Termo aditivo e modificativo 281 – Data: 30.6.16 – Objeto: Execução dos serviços de conservação rodoviária de rotina, abrangendo o pavimento, revestimento vegetal, sistemas de drenagem, faixas de domínio e elementos de segurança, nas rodovias, acessos, interligações, dispositivos e vias não pavimentadas, sob jurisdição do DER/SP, compreendendo: Lote 46 – Residência de Conservação 12.1 – Presidente Prudente, extensão total de 291,909km. Edital 004/11-CO. – Autorização e aprovação do Superintendente Substituto em 19.5.16 à fl. 74 da PR. – Fundamento legal: Artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93. – Esclarecimento: Este é o 4º Termo Aditivo e Modificativo do referido contrato. – Adições e Modificações: Prazo: 4º Prorrogação do prazo por mais 12 meses, de 3.7.16 a 2.7.17, em observância a justificativa técnica, fls. 40/42 ofertada pelo Engenharia fiscal do ajuste, totalizando 60 meses. A vigência do presente aditamento para os posteriores exercícios fica sujeita a condição resolutive, consubstanciada na inexistência de recursos nas respectivas leis orçamentárias de cada exercício para atender às respectivas despesas. Nessa hipótese, a contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização. – Cronograma: O cronograma autuado à fl. 6 da PR e aprovado na mesma PR regulará o andamento da execução dos serviços. – Valor Atual do Contrato: R\$ 18.141.966,18 – Anulação: Do saldo referente aos serviços não realizados no período vigente até 2.7.16, em atenção ao Decreto 61.131/15: R\$ (404.429,77) – Despesa: Decorrente do período desta prorrogação, para a execução dos serviços contratados: R\$ 3.780.158,84 – Alteração do Anexo I (orçamento/proposta): O Anexo I autuado à fl. 27 da PR foi aprovado pelo Diretor de Operações em 5.4.16 à fl. 53 da mesma PR. – Garantia: Revalidação do prazo da garantia para 1.8.17, em decorrência da 4ª prorrogação do prazo, pelo período de 12 meses: R\$ 189.007,94 – Confirmações: Continuum em vigor as demais cláusulas do contrato que não colidam com o presente TAM.

Extrato de Contrato

PR 000470/18/DE/16 – Contratante: DER/SP – Contrato 17.936-0 – Contratada: Vale do Rio Novo Engenharia e Construções Ltda. – Termo aditivo e modificativo 269 – Data: 28.6.16 – Objeto: Execução dos serviços de conservação rodoviária de rotina, abrangendo o pavimento, revestimento vegetal, sistemas de drenagem, faixas de domínio e elementos de segurança, nas rodovias, acessos, interligações, dispositivos e vias não pavimentadas, sob jurisdição do DER/SP, compreendendo: Lote 11 – Residência de Conservação 2.7 – Avaré, extensão total de 313,718km. Edital 004/11-CO. – Autorização e aprovação do Superintendente Substituto em 20.5.16 à fl. 77 da PR. – Fundamento legal: Artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93. – Esclarecimento: Este é o 4º Termo Aditivo e Modificativo do referido contrato. – Adições e Modificações: Prazo: 4º Prorrogação do prazo por mais 12 meses, de 3.7.16 a 2.7.17, em observância a justificativa técnica, fls. 44/46 ofertada pelo Engenharia fiscal do ajuste, totalizando 60 meses. A vigência do presente aditamento para os posteriores exercícios fica sujeita a condição resolutive, consubstanciada na inexistência de recursos nas respectivas leis orçamentárias de cada exercício para atender às respectivas despesas. Nessa hipótese, a contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização. – Cronograma: O cronograma autuado à fl. 39 da PR e aprovado na mesma PR regulará o andamento da execução dos serviços. – Valor Atual do Contrato: R\$ 17.003.107,44 – Anulação: Do saldo referente aos serviços não realizados no período vigente até 2.7.16, em atenção ao Decreto 61.131/15: R\$ (353.742,70) – Despesa: Decorrente do período desta prorrogação, para a execução dos serviços contratados: R\$ 3.537.427,05 – Alteração do Anexo I (orçamento/proposta): O Anexo I autuado às fls. 42/43 da PR foi aprovado pelo Diretor de Operações em 13.4.16 à fl. 62 da mesma PR. – Garantia: Revalidação do prazo da garantia para 1.8.17, em decorrência da 4ª prorrogação do prazo, pelo período de 12 meses: R\$ 400.790,48 – Confirmações: Continuum em vigor as demais cláusulas do contrato que não colidam com o presente TAM.

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Extrato

Extrato de Termo de Autorização de Uso
 Termo 092/2016 - Exp. 000299-17/DR.06/2016 - Assinatura: 30-06-2016 - Valor: R\$ 4.661,16 - Partes: DER e Telefonica Brasil S/A - Objeto: Autorização para ocupação com implantação de linhas físicas subterrâneas de telecomunicações, com cabos de fibras ópticas na SP-050, km 103+876m ao km 103+936m (LE), com extensão total de 60,00 metros.
 Termo 089/2016 - Exp. 006149-17/DR.10/2016 - Assinatura: 30-06-2016 - Valor: R\$ 4.592,16 - Partes: DER e Telefonica Brasil S/A - Objeto: Autorização para ocupação com implantação de linhas físicas subterrâneas de telecomunicações, com cabos de fibras ópticas na SP-270, km 017+930m (travessia), com extensão total de 41,00 metros.

Cultura

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SC - 87, de 30-6-2016

Dispõe sobre a realização de Convocação Pública, a que alude o artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual 846, de 04-06-1998

O Secretário da Cultura, conforme artigo 100, inciso I, alínea “f”, e inciso II, alínea “h”, do Decreto Estadual 50.941, de 05-07-2006, considerando o dispositivo do artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual 846, de 04-06-1998, resolve:

Título I – Do Certame

Artigo 1º – Realizar a presente convocação pública, nos termos do artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual 846, de 04-06-1998, para que as entidades privadas sem fins lucrativos que possuam qualificação como organização social de cultura, na hipótese de comprovado interesse em celebrar contrato de gestão com a Secretaria da Cultura, para o gerenciamento das atividades e serviços na área cultural referente ao Projeto Guri (Interior, Litoral e Fundação Casa), manifestem, por escrito, seu intento junto a esta Pasta, na data de 01-09-2016.

Parágrafo único – O Programa Guri tem como atribuição fornecer os meios necessários para viabilizar as atividades do referido projeto cultural, conforme redação do artigo 93, do Decreto Estadual 50.941, de 05-07-2006.

Título II – Do Objeto

Artigo 2º – O contrato de gestão a que se refere o artigo 1º desta Resolução terá por objeto discriminar as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes na operacionalização da gestão Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa, compreendendo a realização de atividades na área cultural, bem como a sistemática administrativa e econômico-financeira da gestão, conforme discriminado no “Termo de Referência para a Elaboração da Proposta Técnica e Orçamentária para Geren-

ciamento do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa que constitui o Anexo I desta Resolução e que inclui a minuta do referido contrato de gestão, a ser firmado entre as partes.

Parágrafo único – Também integram a contratualização de resultados e são apresentados no Termo de Referência (Anexo I) os seguintes anexos ao contrato de gestão:

- a)Anexo Técnico I – Plano de Trabalho – Estratégia de Ação
- b)Anexo Técnico II – Plano de Trabalho – Metas e Planilha Orçamentária
- c)Anexo Técnico III – Compromissos de Informação
- d)Anexo Técnico IV – Sistema de Pagamento (Cronograma de desembolso)
- e)Anexo Técnico V – Termo de Permissão de Uso dos Bens Móveis
- f)Anexo Técnico VI – Termo de Permissão de Uso dos Bens Imóveis
- g)Anexo Técnico VII – Resolução Sc 110, de 27-12-2013
- h)Anexo Técnico VIII– Cursos, Carga Horária e Vagas de Cada Polo do Projeto Guri

Título III – Da Habilitação

Artigo 3º – As organizações sociais de cultura interessadas em se habilitar para firmar contrato de gestão com o escopo de gerenciar o Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa deverão instruir a manifestação de que trata o “caput” do artigo 1º com os seguintes documentos, distribuídos em dois envelopes lacrados:

I – Envelope Lacrado 1, endereçado ao Secretário da Cultura, indicando externamente, além da razão social da organização social de cultura interessada, a referência “Convocação Pública – Resolução SC 087/2016 – do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa – Documentação comprobatória e institucional”, contendo:

- a) índice com a indicação da página/folha em que se encontram cada um dos documentos das demais alíneas deste inciso;
- b) comprovação de qualificação da entidade como organização social de cultura, devidamente publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo;
- c) cópia do Estatuto Social e suas alterações, quando houver;
- d) cópia da ata pela qual o conselho de administração aprova a participação da entidade na presente Convocação Pública, bem como aprova a proposta técnica e orçamentária apresentada para celebração de contrato de gestão;
- e) cópia da última ata de eleição e/ou indicação dos membros dos órgãos diretivos, consultivos e normativos da organização social de cultura;
- f) relação de todos os conselheiros em exercício de mandato, conforme disposição do Estatuto Social, acompanhada dos respectivos currículos resumidos;
- g) declarações, em papel timbrado e subscritas pelos conselheiros da Organização Social, de que atendem ao contido no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar Estadual 846, de 04-06-1998, e ao artigo 4º do Decreto Estadual 43.493, de 29-09-1998, com redação dada pelo Decreto Estadual 50.611, de 30-03-2006;

h) cópias das cédulas de identidade, dos cartões de Cadastro de Pessoas Físicas, dos comprovantes de endereço e das atas de nomeação dos atuais dirigentes da entidade;

i) declarações, em papel timbrado e subscritas pelos atuais dirigentes da entidade, de que atendem ao contido no artigo 4º do Decreto Estadual 43.493, de 29-09-1998;

j) manual de Recursos Humanos da entidade, em conformidade com o artigo 4º, § 1º, do Decreto Estadual 43.493, de 29-09-1998, com redação dada pelo Decreto Estadual 50.611, de 30-03-2006;

k) regimento interno e plano de cargos e salários, com cópia das respectivas atas de aprovação pelo conselho de administração;

l) regulamento de compras e contratações com cópia da respectiva ata de aprovação pelo conselho de administração, acompanhada de comprovante de sua publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ou declarações subscritas pelos conselheiros da entidade de que atenderão ao prazo disposto no artigo 13-A do Decreto Estadual 43.493, de 29-09-1998, com redação dada pelo Decreto Estadual 50.611, de 30-03-2006;

m) declaração, em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da entidade, de que não possui impedimento para contratar com a Administração, em virtude das disposições da Lei Estadual 10.218, de 12-02-1999, inclusive;

n) declaração, em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, de que a entidade está regular perante o Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e de que a entidade atende ao artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

o) comprovação evidenciada refletindo, quantitativa e qualitativamente, posição de exemplar ordem da situação econômico-financeira, bem como equilíbrio dos quocientes de liquidez e endividamento, da Organização Social, mediante apresentação de cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados do Exercício, do último exercício Fiscal, subscrito por contador, identificado por seu registro perante o Conselho Regional de Contabilidade, bem como pelo representante legal da entidade;

p) comprovante de inscrição e de situação cadastral de pessoa jurídica – CNPJ;

q) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

r) certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS/CRF;

s) certidão negativa de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo;

t) Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE;

u) certidão negativa de débitos relativos a tributos municipais do domicílio da sede da entidade;

v) certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;

x) comprovantes de que a entidade não consta como sancionada no sítio eletrônico de sanções administrativas do Estado de São Paulo.

II – Envelope Lacrado 2, endereçado ao Secretário da Cultura, indicando externamente, além da razão social da organização social de cultura interessada, a referência “Convocação Pública – Resolução SC 087/2016 – do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa – Proposta Técnica e Orçamentária”, contendo:

a) índice com a indicação da página/folha em que se encontram cada um dos documentos das demais alíneas deste inciso;

b) justificativa do interesse na gestão da do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa.

c) proposta técnica e orçamentária que atenda aos critérios estabelecidos no Termo de Referência - Anexo I desta Resolução, devidamente aprovada pelo conselho de administração da organização social de cultura, contendo em anexo as propostas avaliadas (conforme Artigo 3o, inciso I, alínea “d” desta Resolução);

d) portfólio de realizações da entidade, demonstrando sua experiência técnica nas áreas de gestão de orquestras; gestão de equipamentos culturais; realização de festivais; e sua atuação na área nos últimos 03 anos;

e) currículos dos dirigentes e dos profissionais que ocuparão os principais cargos de liderança (coordenadores ou afins de áreas e programas / eixos de trabalho) na realização dos objetivos previstos no contrato de gestão e seus anexos;

f) cópia em versão digital (CD ou pen drive) da proposta constante da alínea “c” deste inciso.

§ 1º – As participantes sediadas fora do Estado de São Paulo deverão apresentar, quando houver, além da documentação emitida pelo Poder Público paulista, documentos equivalentes expedidos pelos órgãos competentes do Estado em que a organização social de cultura tem sua sede.

§ 2º – As participantes sediadas fora do Estado de São Paulo ou no município onde estão instalados os Polos do Projeto Guri, ou ainda aquelas que tenham contrato de gestão vigente com a Secretaria da Cultura referente a outro(s) objetos contratuais, deverão comprovar todas as condições para execução presencial do objeto de contratação, com existência de equipe especializada e com dedicação específica diferente daquela que esteja lotada no Estado de origem, no município de atuação ou no(s) outro(s) objeto(s) cultural(is) por ela gerenciado(s).

§ 3º – A documentação constante dos incisos I e II do “caput” deste artigo deverá ser entregue em sua totalidade, na ordem estabelecida nesta Resolução, com folha de índice e numeração de páginas, a fim de evitar impugnação da interessada por falta de documentação.

§ 4º – A documentação constante dos incisos do “caput” não deverá ser espiralada ou transfixada por material análogo.

Título IV – Do Recebimento e da Abertura das Propostas
Artigo 4º – A documentação mencionada no artigo anterior deverá ser entregue no Auditório da Secretaria da Cultura, sito na Rua Mauá, 51, 1º andar, Luz, São Paulo – SP – CEP 01028-900, na data de 01-09-2016, às 14h30m.

Artigo 5º – A sessão pública de abertura dos envelopes lacrados de que trata o artigo 3º desta Resolução será coordenada por comissão de funcionários da Pasta e ocorrerá no Auditório da Secretaria da Cultura, na data e horário estabelecidos no artigo anterior.

§ 1º – Todas as organizações sociais de cultura que apresentarem proposta para a presente convocação pública poderão ser fazer representar por conselheiro, dirigente ou funcionário devidamente comprovado, para fins de credenciamento, perante a comissão de que trata este artigo, fora de qualquer envelope.

§ 2º – Os representantes que se credenciarem nos termos do § 1º deste artigo deverão assinar lista de presença, perante a comissão de funcionários da Pasta.

§ 3º – Iniciada a sessão pública de abertura dos envelopes, não será permitido o credenciamento de retardatários.

Artigo 6º – Concluída a abertura dos envelopes e realizada a conferência dos conteúdos de cada envelope, a comissão de funcionários da Pasta:

I – posicionar-se-á quanto à regularidade formal dos documentos apresentados, indicando se foi constatada alguma irregularidade ou omissão;

II – manifestar-se-á sobre eventual recomendação de impugnação ou concessão de prazo complementar para entrega ou regularização de documentos;

III – fixará a data para divulgação do resultado da convocação pública, cujo prazo não poderá ser superior a 30 dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após a data de abertura dos envelopes.

§ 1º – O prazo estabelecido no inciso III do “caput” deste artigo poderá ser prorrogado por 30 dias corridos, a critério do Titular da Pasta.

§ 2º – Será elaborada ata circunstanciada dos fatos ocorridos na sessão pública, incluindo, entre outras ocorrências:

I – o recebimento dos envelopes;

II – o credenciamento de representantes das organizações sociais de cultura participantes do certame;

III – a conferência da documentação apresentada por cada organização social de cultura interessada;

IV – eventuais impugnações ou concessões de prazo;

V – a indicação da data de divulgação do resultado da convocação pública.

§ 3º – Na eventualidade de não realização da sessão pública na data e hora estabelecidas, será marcada nova data e hora, utilizando-se dos mesmos procedimentos de divulgação anterior.

§ 4º – A Secretaria da Cultura publicará os interessados, nos termos do art. 6º, § 4º, II, da Lei Complementar Estadual 846, 04-06-1998.

Artigo 7º – Se, ao final do prazo adicional de que trata o artigo 6º, “caput”, inciso II, desta Resolução, não forem sanadas as eventuais pendências apontadas pela comissão de funcionários da Pasta, as organizações sociais de cultura cuja documentação estiver desconforme serão desclassificadas.

Título V – Dos Critérios para Julgamento das Propostas Técnicas e Orçamentárias

Artigo 8º – O Titular da Pasta da Cultura selecionará a organização social de cultura que gerenciará do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa, a partir de parecer técnico da Unidade Gestora do contrato de gestão a ser firmado (Unidade de Formação Cultural), à qual caberá realizar a análise e julgamento das propostas técnicas e orçamentárias, com auxílio da Unidade de Monitoramento, que emitirá parecer econômico-financeiro referente às propostas orçamentárias apresentadas.

Parágrafo único – A critério da Secretaria da Cultura, poderá ser exigida documentação ou esclarecimentos complementares às organizações sociais de cultura que manifestaram interesse nos termos do artigo 1º desta Resolução, sendo, neste caso, garantida a dilação de prazo para sua entrega.

Artigo 9º – O parecer técnico da Unidade de Formação Cultural, de que trata o artigo 8º desta Resolução, conterá, para cada proposta técnica e orçamentária recebida, uma avaliação individualizada, com base no quadro a seguir (Tabela 1):

| Tabela 1 ITENS DE JULGAMENTO CRITÉRIOS PONTUAÇÃO MÁXIMA POR ITEM | |
|---|--|
| Avaliação da proposta técnica, elaborada conforme Termo de Referência - Anexo I | Atendimento às diretrizes delineadas pela SEC na proposta estratégica global apresentada (1,5) |
| Análise do Plano de Trabalho, quantidade e qualidade das metas totais propostas (1,5) | 3,0 |
| Avaliação da proposta orçamentária, elaborada conforme Termo de Referência - Anexo I | Eficiência orçamentária (0,75) |
| Exequibilidade orçamentária (0,75) | |
| Detalhamento da Planilha Orçamentária (0,75) | |
| Proposta e metas para alcance de sustentabilidade (0,75) | |
| 3,0 | |

Comprovação da experiência técnica em Cultura, gestão de orquestras, gestão de equipamentos culturais e realização de festivais

Experiência comprovada no portfólio de realizações da entidade em gestão de orquestras; gestão de equipamentos culturais; e realização de festivais:

a) Nº de anos/meses de experiência (0,25);

b) Perfil de atuação (0,75);

c) Volume de atividades (0,25)

d) Principais resultados alcançados (0,75)

Comprovação da experiência técnica em

Cultura, gestão de orquestras, gestão de equipamentos culturais e realização de festivais

Experiência comprovada nos currículos dos dirigentes e dos principais cargos técnicos e de liderança em gestão de orquestras, de equipamentos culturais e de festivais de música erudita ou outras compatíveis:

a) Anos/meses de atuação em cargos similares na área cultural / de formação cultural (1,5);

b) Sólida formação acadêmica e/ou qualificação técnica na área de gestão cultural / formação cultural compatível com o cargo previsto (0,5)

PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL 10,0

§ 1º – As propostas técnicas e orçamentárias serão classificadas de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 1, contida no “caput” deste artigo, sendo consideradas desclassificadas aquelas propostas cuja pontuação total for inferior a (07) sete pontos ou aquelas que tenham pontuação equivalente a 00 (zero) em um ou mais itens de julgamento.

§ 2º – No caso de empate entre duas ou mais propostas técnicas e orçamentárias, o desempate será feito com base na pontuação obtida no critério “Atendimento às diretrizes delineadas pela SEC na proposta estratégica global apresentada”. Persistindo o empate, vencerá a maior pontuação no critério “quantidade e qualidade das metas totais propostas”.

§ 3º – Será submetida para deliberação final do Titular da Pasta a ordem de classificação das propostas apresentadas, considerando-se primeira colocada aquela que obtiver a maior pontuação na avaliação em relação a cada um dos critérios indicados na Tabela 1, contida no “caput” deste artigo.

§ 4º – Na hipótese da organização social de cultura selecionada apresentar ou sofrer impedimento de qualquer ordem para a celebração do contrato de gestão, a Secretaria da Cultura poderá proceder à negociação e pactuação necessárias com as demais organizações sociais de cultura que apresentaram proposta, por ordem de classificação.

§ 5º – Caso nenhuma das propostas analisadas atenda plenamente aos objetivos desta Convocação Pública ou os orçamentos apresentados superem a disponibilidade orçamentária do Estado para o contrato de gestão a ser celebrado, a Secretaria da Cultura poderá solicitar às organizações sociais de cultura concorrentes que procedam a ajustes nas propostas apresentadas ou realizar nova Convocação Pública.

Artigo 10 – Durante o julgamento de que trata o artigo 8º desta Resolução, poderá ser disponibilizado à Unidade de Formação Cultural e à Unidade de Monitoramento, a critério do Titular da Pasta, assessoramento técnico, jurídico e econômico-financeiro. Durante o processo de análise, poderão ainda ser solicitados pela Secretaria da Cultura à organização social documentos ou esclarecimentos adicionais.

Artigo 11 – O julgamento das propostas técnicas e orçamentárias apresentadas será realizado a partir dos seguintes critérios:

I – Avaliação da proposta técnica;

II – Avaliação da proposta orçamentária;

III – Análise do portfólio de realizações da entidade;

IV – Análise dos currículos dos dirigentes e da equipe que ocupará os principais cargos de liderança da entidade na realização dos objetivos previstos no contrato de gestão e seus anexos.

Capítulo I – Avaliação da Proposta Técnica

Artigo 12 – Seguindo as orientações apresentadas no “Termo de Referência para Elaboração da Proposta Técnica e Orçamentária” - Anexo I da presente Convocação Pública, a proposta técnica deve expor o planejamento estratégico (estratégia de ação e plano de metas) que a organização social se propõe a executar no Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa, durante o período de vigência do Contrato de Gestão, considerando o atendimento às diretrizes e orientações delineadas pela Secretaria da Cultura, consoante o referido Anexo I.

Artigo 13 – Serão considerados relevantes para a avaliação da proposta técnica:

I – O nível de atendimento às diretrizes da Secretaria da Cultura, observando-se:

a) a clareza das informações e propostas apresentadas;

b) a visão sistêmica da conjuntura sociocultural em que se insere o Projeto Guri (Interior, Litoral e fundação Casa);

c) a indicação das estratégias de programação cultural, educativa e outras a serem utilizadas para aprimorar o relacionamento com os públicos principais, conquistar novos segmentos de público e ampliar o público em geral.

II – A quantidade e qualidade das metas totais propostas, considerando-se:

a) a identificação das práticas e técnicas mais eficazes para o cumprimento dos objetivos específicos de cada Programa/Eixo previsto no plano de trabalho (estratégia de ação e metas);

b) a indicação de inovações para o aprimoramento dos objetivos gerais e específicos do plano de trabalho (estratégia de ação e metas);

c) o dimensionamento das equipes por atividades, com indicação das iniciativas previstas de treinamento e capacitação;

d) a capacidade de proposição e de articulação de parcerias relevantes que possam contribuir com a maximização dos resultados previstos.

Capítulo II – Avaliação da Proposta Orçamentária

Artigo 14 – Elaborada seguindo as orientações constantes do “Termo de Referência para Elaboração da Proposta Técnica e Orçamentária”, a proposta orçamentária deverá contemplar todos os recursos necessários para a realização das ações e metas propostas no plano de trabalho e demais obrigações contratuais.

Parágrafo único – A proposta orçamentária deverá considerar, além dos custos previstos para o primeiro ano de vigência do contrato de gestão (2017), as estimativas de valores para a realização das metas nos demais anos do contrato de gestão (2018, 2019, 2020 e 2021).

Artigo 15 – Serão reputados como relevantes para a avaliação da proposta orçamentária:

I – A eficiência da proposta, considerando a melhor relação entre os custos e resultados previstos, considerando:

a) o volume de recursos financeiros a serem destinados a cada tipo de despesa por Programa ou Eixo de Trabalho;

b) a previsão de realização integral e no prazo das metas propostas;

c) a previsão do cumprimento satisfatório das obrigações contratuais e demais rotinas constantes do Anexo Técnico III do contrato de gestão (Compromissos de Informação).

II – A exequibilidade da proposta, compreendida como a factibilidade de realização das metas propostas e das rotinas e obrigações contratuais constantes dos anexos do contrato de gestão, nos prazos e condições expressos, atendo-se ao dimensionamento de pessoal indicado na proposta técnica, com os recursos financeiros indicados na proposta orçamentária;

III – A qualidade da proposta e das metas para alcance da sustentabilidade econômico-financeira descrita no Plano de Trabalho – Estratégia de Ação, considerando-se a identificação, conquista e fidelização de fontes alternativas de recursos financeiros e outros, a ampliação das realizações culturais do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa, bem como a desejável diminuição anual da participação proporcional do Estado no montante de recursos envolvidos na consecução das metas e no cumprimento das demais obrigações previstas no contrato de gestão e seus anexos.

Parágrafo único – Serão consideradas mais vantajosas as propostas que diminuam anualmente a participação proporcional do Estado no montante de recursos envolvidos na consecução das metas, no cumprimento das rotinas e obrigações previstas nos anexos do contrato de gestão e na ampliação das realizações das atividades desenvolvidas junto ao Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa.

Capítulo III – Análise do Portfólio de Realizações da Entidade

Artigo 16 – O portfólio de realizações da entidade é compreendido como uma apresentação institucional do histórico da entidade desde a sua criação e um currículo institucional que demonstra as condições técnicas e gerenciais preexistentes para execução da proposta, relatando suas principais realizações e experiências anteriores.

Artigo 17 – Será considerada relevante para a avaliação do portfólio de realizações da entidade:

a) O demonstrativo do número de anos/meses de atuação na área de gestão de orquestras; gestão de equipamentos culturais; e realização de festivais;

b) A demonstração de afinidade entre o perfil de atuação da entidade e o objeto cultural da presente Convocação Pública;

c) O descritivo sumário do volume e perfil das atividades realizadas pela entidade em sua atuação nos últimos 3 (três) anos;

d) A descrição das realizações mais significativas e principais resultados alcançados pela entidade nos últimos 3 (três) anos.

Capítulo IV – Análise dos currículos dos dirigentes e da equipe que ocupará os principais cargos técnicos e de liderança da entidade na realização dos objetivos previstos no Contrato de Gestão e no Plano de Trabalho

Artigo 18 – O julgamento das propostas, no que tange ao critério de que trata o presente capítulo, ocorrerá a partir do exame dos currículos dos dirigentes e da equipe que ocupará os principais cargos técnicos e de liderança.

§ 1º – Será analisado se o quadro de pessoal proposto pela entidade tem comprovada experiência e qualificação na gestão de objetos culturais similares ao objeto da presente Convocação Pública, no intuito de demonstrar as condições técnicas e gerenciais preexistentes para execução da proposta.

§ 2º – No caso de Convocação Pública cujo(s) objeto(s) cultural(is) previsto(s) para celebração de contrato de gestão sejam ou incluam grupos artísticos do Estado de São Paulo, as organizações sociais interessadas deverão indicar a composição desses grupos artísticos, manifestando-se quanto a viabilidade de contratação do quadro técnico de profissionais que atualmente integram o(s) referido(s) grupo(s) artístico(s), a bem do interesse público.

Artigo 19 – Serão considerados relevantes para a avaliação dos currículos apresentados:

a) O número de anos/meses de atuação em cargos similares nas áreas de formação e difusão cultural, assim como o número de anos/meses de experiência administrativa e financeira, preferencialmente em instituições culturais, para os cargos técnicos dessa área.

b) A comprovação de sólida formação acadêmica e/ou qualificação técnica nas áreas de formação e difusão ou outras compatíveis, bem como na área administrativo-financeira, conforme o cargo previsto.

Título VI – Da Divulgação do Resultado da Convocação Pública

Artigo 20 – Findo o prazo definido para análise técnica e orçamentária das propostas apresentadas, o resultado da deliberação do Titular da Pasta será proferido, nos moldes estabelecidos pelo artigo 8º, “caput”, desta Resolução, em até 05 dias e publicado no site eletrônico da Secretaria da Cultura e no Diário Oficial do Estado.

Título VII – Do Referencial de Repasse Financeiro do Estado para o Contrato de Gestão

Artigo 21 – A operacionalização das metas, rotinas e demais obrigações previstas no contrato de gestão e seus anexos para gerenciamento do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa, deverá ter, como referencial orçamentário de repasse de recursos por parte da Secretaria da Cultura para a organização social de cultura escolhida, a importância global estimada em até R\$ 361.896.753,00, a serem repassados ao longo de 60 meses, em parcelas periódicas, mediante apresentação e aprovação de relatórios de resultados.

§ 1º – O montante acima descrito inclui a previsão de repasse estimado de R\$ 65.441.984,00, para viabilização das ações, metas, rotinas e obrigações contratuais no exercício de 2017.

§ 2º – A proposta orçamentária para cada ano seguinte deverá considerar uma variação não superior a 5,0% para o ano de 2018 e 4,5% para os anos de 2019, 2020 e 2021.

§ 3º – Os valores indicados neste artigo constam do previsto no Plano Plurianual do Estado de São Paulo 2016-2019, e levam em consideração a previsão orçamentária submetida à manifestação prévia da Secretaria de Estado da Fazenda para o período 2017-2021.

§ 4º – A critério da Administração e mediante prévia negociação, os valores indicados neste artigo poderão ser revistos.

§ 5º – As propostas técnicas e orçamentárias a serem apresentadas pelas organizações sociais de cultura deverão considerar os valores previstos de repasse do Estado, assim como os valores previstos para captação por parte da Entidade, a fim de assegurar a melhor configuração de metas e resultados por recurso público investido e ampliar as estratégias de sustentabilidade do objeto cultural.

Título VIII – Das Disposições Finais

Artigo 22 – As organizações sociais interessadas deverão comprometer-se a realizar a programação que eventualmente já tenha sido acordada pela Unidade Gestora para o primeiro ano do contrato de gestão, devidamente indicada no Termo de Referência – Anexo I desta Resolução, a fim de garantir a continuidade das ações para o exercício de 2017 relacionadas ao(s) objeto(s) contratual(is), a bem do interesse público.

Artigo 23 – A participação das organizações sociais de cultura no processo de seleção previsto nesta Convocação Pública implica na aceitação integral e irrevogável dos termos, artigos, condições e anexos desta Resolução, que passarão a integrar o procedimento de contratualização de resultados para a gestão do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa, bem como na observância dos regulamentos administrativos, das normas técnicas e da legislação aplicável à matéria.

Parágrafo único – Não serão aceitas, sob quaisquer hipóteses, em quaisquer fases do procedimento de Convocação Pública e/ou de execução do contrato de gestão, alegações de desconhecimento das determinações aqui expressas e da legislação aplicável.

Artigo 24 – Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas técnicas e orçamentárias serão de inteira responsabilidade das organizações sociais de cultura interessadas, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização pela aquisição ou contratação de elementos necessários à organização ou apresentação das propostas, tampouco quaisquer despesas correlatas à participação na Convocação Pública de que trata esta Resolução.

Artigo 25 – É facultada à Secretaria da Cultura, em qualquer fase do processo de seleção, promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do procedimento, sendo vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta, salvo nos casos de concessão de prazos adicionais expressamente previstos nos artigos 6º, “caput”, inciso II, e 8º, parágrafo único, desta Resolução.

Artigo 26 – Das decisões da comissão de funcionários da Pasta, prevista no artigo 5º - Título IV desta Resolução, caberá um único recurso administrativo, que poderá ser interposto no prazo de (03) três dias úteis da publicação do resultado da Convocação Pública no Diário Oficial do Estado.

§ 1º – A comissão de funcionários da Pasta terá o prazo de (03) três dias úteis para instruir sua resposta, que será submetida à apreciação do Titular da Pasta, nos termos do artigo 39 da Lei Estadual 10.177, de 30-12-1998.

§ 2º – Decorrido o prazo estabelecido no “caput” deste artigo sem interposição de recurso, a organização social selecionada será considerada apta a celebrar o contrato de gestão.

Artigo 27 – A presente Convocação Pública poderá ser revogada ou anulada a critério do Titular da Pasta, mediante a devida fundamentação.

Artigo 28 – Até a assinatura do contrato de gestão, a Secretaria da Cultura poderá desclassificar propostas de organizações sociais de cultura participantes, em despachos motivados, sem direito a qualquer indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da seleção, que represente infração aos termos desta Convocação Pública, respeitado o contraditório.

Artigo 29 – Constitui anexo da presente Resolução o “Termo de Referência para Elaboração da Proposta Técnica e Orçamentária” (Anexo I), o qual contém a minuta padrão do contrato de gestão a ser firmado, previamente aprovada pela Resolução SC 101, de 06-10-2015, do Secretário da Cultura, sem prejuízo das adaptações que se façam necessárias em razão das peculiaridades jurídicas, financeiras e operacionais do caso concreto, que estará disponível para consulta no portal da Secretaria da Cultura na internet, nos endereços www.transparenciacultura.sp.gov.br e www.cultura.sp.gov.br.

Artigo 30 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Despacho do Secretário, de 1-7-2016

Projetos: SC/54326/2015 “Plano Anual de Atividades OSESP 2015” (nº 17568) e SC/135568/2015 “Plano Anual de Atividades OSESP 2016” (nº 19020). Assunto: Autorização para transferência de valores de apoio. Autorização. Em atendimento ao Decreto de Regulamentação do PAC – Decreto 54.275, de 27/04/09, que em seu artigo 22 determina que o saldo eventualmente existente em conta corrente bancária, resultante da finalização ou do cancelamento de projeto no âmbito do PAC – Incentivo Fiscal, deverá ser recolhido ou transferido, por mecanismo bancário próprio, diretamente ao Fundo Estadual de Cultura, no prazo máximo de 30 dias contados do respectivo evento. Parágrafo único – Por solicitação escrita do proponente e obtida a prévia aprovação da empresa patrocinadora, da CAP e do Secretário da Cultura, o saldo de que trata o “caput” deste artigo poderá ser transferido para a conta corrente bancária vinculada a outro projeto já aprovado. E, ainda, considerando a aprovação pela CAP aos 18-06-2016, bem como solicitação de Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (proponente), em correspondência recebida aos 03-06-2016, devidamente autorizada por AT&T Global Network Services Brasil Ltda.; Correcta Industria e Comercio Ltda. (patrocinadora), em correspondência recebida aos 03-06-2016, autorizo a transferência de recursos, no valor de R\$ 151.070,97, de apoio inicialmente realizado ao Projeto: SC/54326/2015 “Plano Anual de Atividades OSESP 2015” (nº 17568) e SC/135568/2015 “Plano Anual de Atividades OSESP 2016” (nº 19020).

Comunicado

Processo Sc 7435/2013

4º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão 03/2013

Quarto Termo de Aditamento ao Contrato Que Entre Si Celebram o Estado de São Paulo, por Intermédio da Secretaria da Cultura, e a Associação de Amigos do Conservatório de Tatuí, Qualificada Organização Social de Cultura.

Pelo presente instrumento, de um lado o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, com sede nesta cidade, na Rua Mauá, 51, neste ato representada pelo Titular da Pasta, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CONSERVATÓRIO DE TATUÍ – AACT, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF 50.780.931/0001-28, tendo endereço na Cidade de Tatuí, na Rua São Bento, 415, neste ato representada pelo Diretor Executivo HENRIQUE AUTRAN DOURADO, brasileiro, portador da cédula de identidade RG 2.354.596 e devidamente inscrito no CPF sob o 774.190.817-00; e pelo Diretor Administrativo Financeiro, Sr. ANDRÉ NUNES FERNANDES, brasileiro, portador da cédula de identidade RG 19.171.632-7 e inscrito no CPF 124.231.608-60, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM ADITAR o CONTRATO DE GESTÃO 03/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em razão do cenário econômico nacional para o ano de 2015 e 2016, e a necessidade de adequação de despesas, otimização dos recursos existentes, qualificação do gasto público, e eficiência na gestão governamental; a necessária adequação dos repasses previstos para o exercício de 2015, com a supressão de recursos, no valor de R\$ 2.807.853,00; a necessária supressão de recursos para o exercício de 2016 no valor de R\$ 4.476.718,00; e o acréscimo das metas e referencial orçamentário para o plano de trabalho do exercício de 2016; no presente Termo de Aditamento fica alterado o Anexo Técnico I – Plano de Trabalho – Estratégia de Ação, o Anexo Técnico II – Plano de Trabalho – Metas e Planilha Orçamentária Global, o Anexo Técnico III – Compromissos de Informação, bem como o Anexo Técnico IV – Cronograma de Desemboço. Mantêm-se inalterados os demais anexos técnicos já acostados ao instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão da necessidade de adequação dos valores percentuais dos limites e critérios de despesas com remuneração de dirigentes e empregados da Associação de Amigos do Conservatório de Tatuí, fica alterada a redação da Cláusula Segunda, item 9, do Termo do Contrato de Gestão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS ATRIBUIÇÕES, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9 – Observar como limites: 5,0% do repasse anual para a remuneração e vantagens de qualquer natureza para os dirigentes e 93,0% do repasse anual para remuneração e vantagens para os demais empregados, ressaltando que os salários deverão ser estabelecidos conforme padrões utilizados no Terceiro Setor para cargos com responsabilidades semelhantes, baseando-se em referências específicas divulgados por entidades especializadas em pesquisa salarial existentes no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA

Em razão da supracitada necessidade de supressão de recursos para o exercício de 2015 no valor de R\$ 2.807.853,00, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 4.476.718,00, fica alterado a Cláusula Sétima, Parágrafos Primeiro e Quarto do termo do Contrato de Gestão; o “caput” no que diz respeito aos exercícios de 2015 e 2016, o Parágrafo Primeiro e Segundo, bem como acrescido os Parágrafos Terceiro e Quarto da Cláusula Oitava; que passam a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS FINANCEIROS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para fomento e execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, conforme atividades, metas e compromissos especificados nos Anexos Técnicos I, II e III, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, no prazo e condições constantes deste instrumento, bem como no Anexo Técnico IV – Sistema de Pagamento (Cronograma de Desemboço), a importância global de R\$ 114.959.709,40.

PARÁGRAFO QUARTO – Para fomento e execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, conforme atividades, metas e compromissos especificados nos Anexos Técnicos I, II e III, a CONTRATADA se compromete a captar, no exercício de 2016 recursos correspondentes a 2% do valor de R\$ 22.885.136,00 repassado pela CONTRATANTE, num total captado, para o ano de 2016, de R\$ 457.702,72 por meio de geração de receitas operacionais e/ou diversas, incentivadas ou não, conforme descrito nos itens 2 e 3 do caput desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEXTO – As fontes de recursos financeiros para a execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO poderão ser:

1 – transferências provenientes do Poder Público;

2 - Receitas operacionais oriundas da execução contratual

provenientes de:

(a) realização de atividades relacionadas ao objeto contratual, tais como: venda de ingressos e de assinaturas;

(b) utilização de seus espaços físicos, para oferecer ao público serviços de café, restaurante, loja, livraria, estacionamento e afins, em conformidade com o Anexo Técnico VI – Termo de Permissão de Uso de Bens Imóveis;

(c) outras formas de cessão remunerada de uso dos espaços físicos, previamente autorizadas no Anexo Técnico VI ou pontualmente autorizadas, mediante solicitação pela CONTRATADA;

(d) rendas diversas, inclusive de venda ou cessão de produtos, tais como direitos autorais e conexos;

(e) outros ingressos dessa natureza;

(f) taxas de matrícula e renovação de matrícula.

3 - rendimentos de aplicações de ativos financeiros;

4 - doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras;